

1º ENCONTRO DO FÓRUM DE MEIO AMBIENTE DO SETOR ELÉTRICO

17 DE OUTUBRO - BRASÍLIA - DF

Elementos do Licenciamento Ambiental no Setor Elétrico

Luiz Fernando Leone Vianna



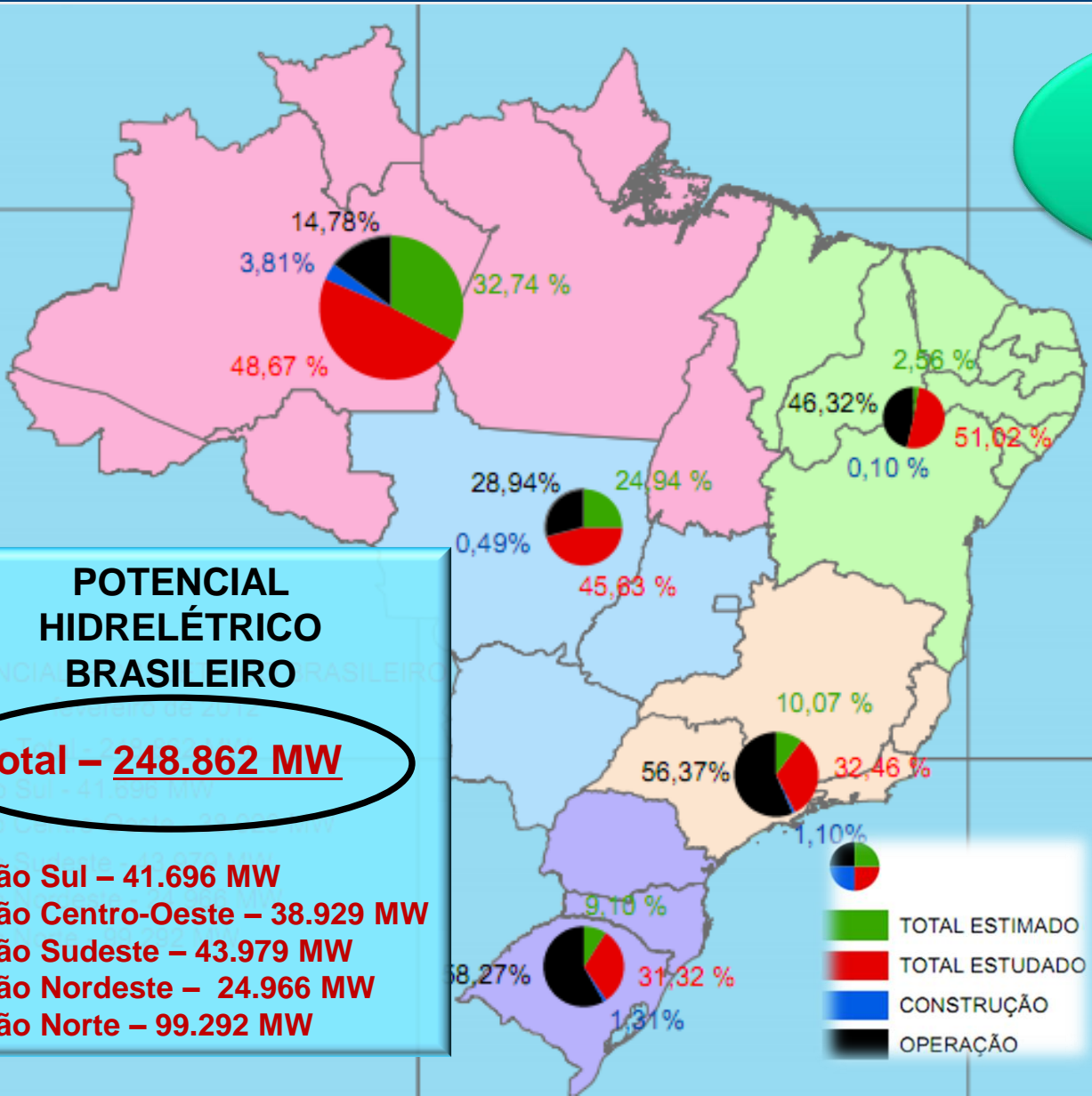
1. Fronteira Energética

Matriz Elétrica Brasileira



POTENCIAL HIDRELÉTRICO BRASILEIRO

Ainda há metade do potencial brasileiro a ser explorado
Aprox. 124 mil MW



POTENCIAL HIDRELÉTRICO BRASILEIRO

Total – 248.862 MW

Região Sul – 41.696 MW
 Região Centro-Oeste – 38.929 MW
 Região Sudeste – 43.979 MW
 Região Nordeste – 24.966 MW
 Região Norte – 99.292 MW



Fonte: Eletrobras, 2012.

Fronteira Energética Matriz Elétrica Brasileira

Desafio

Planejar, projetar e construir usinas hidrelétricas na região amazônica, atual fronteira energética brasileira, em harmonia com o meio-ambiente, aproveitando o potencial energético dessa fonte e mantendo a vocação brasileira de possuir uma matriz elétrica predominantemente hidráulica

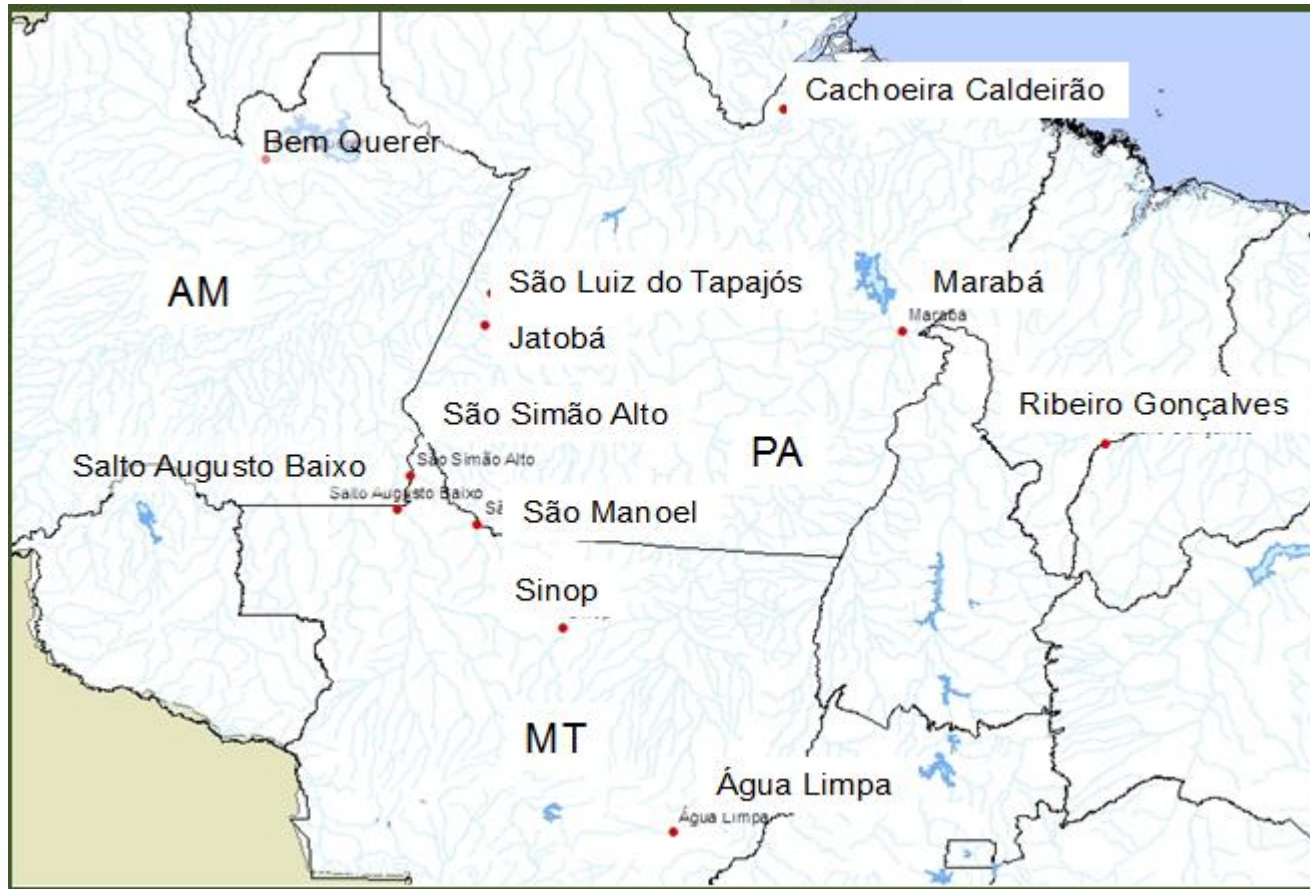


2. Questões Indígenas



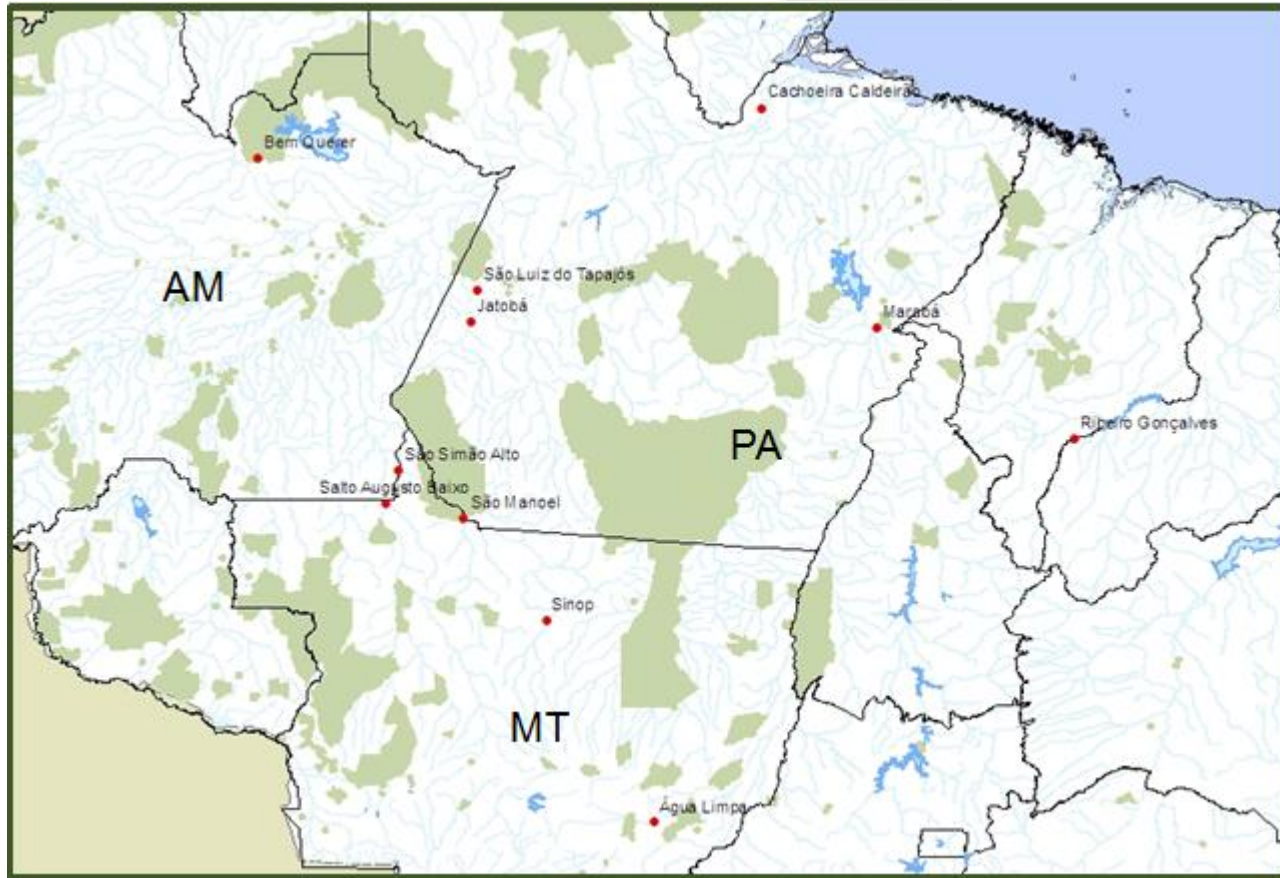
Questões Indígenas

Como já vimos, grande parte do potencial hidrelétrico inexplorado do Brasil está na Amazônia Legal



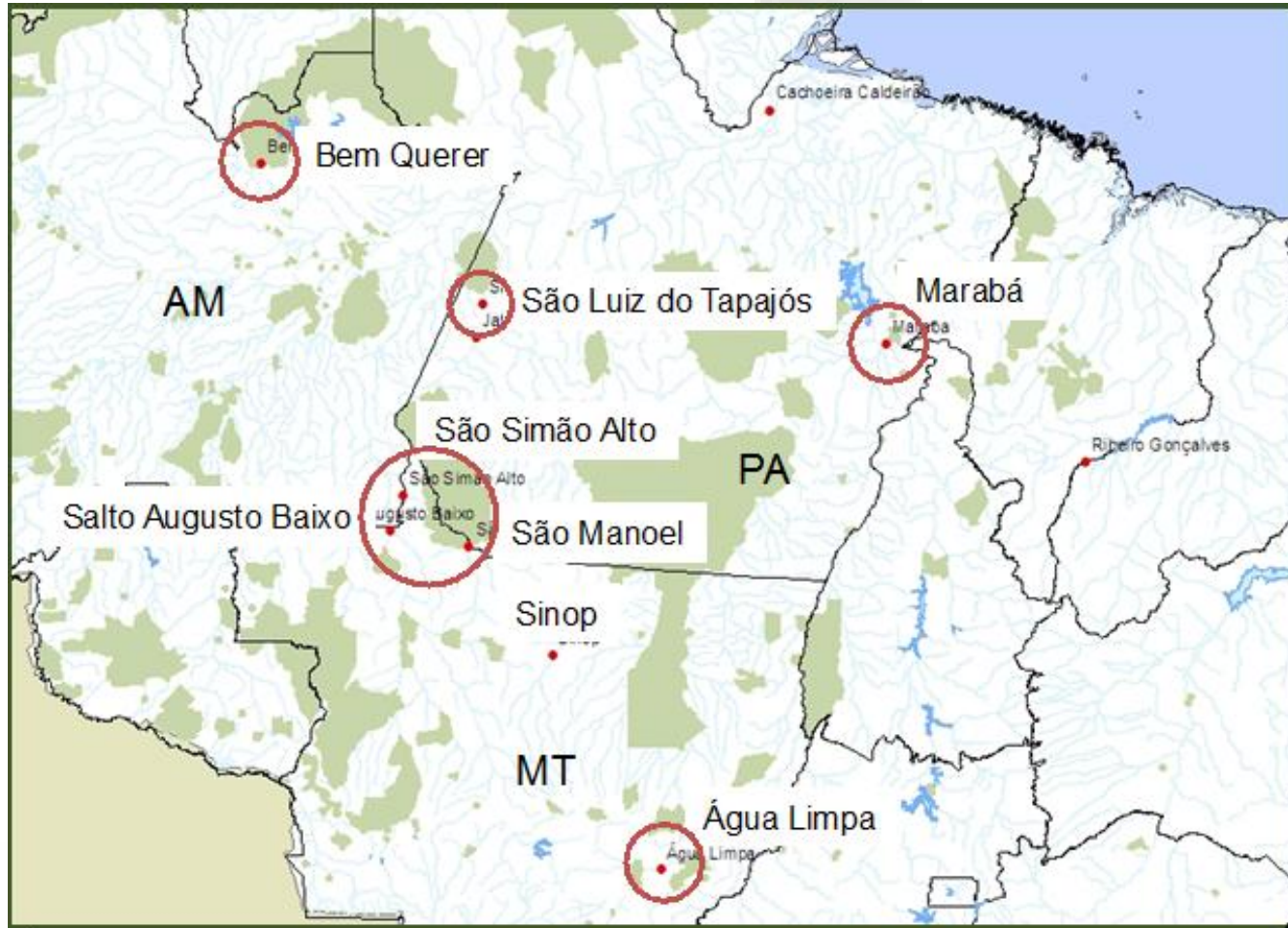
Questões Indígenas

E grande parte das terras indígenas também está na Amazônia legal



Questões Indígenas

Usinas que interferem em terras indígenas



Questões Indígenas

São muitos os debates relacionados as questões indígenas no Brasil.

2008

- **Discussão sobre a PEC 188/07 = Criação do território Brasileira indígena**
- **Comissão Nacional de Política Indigenista**
- **Manifesto indígena em audiência junto a Eletrobrás**

2009

- **Decisão TI Raposa Serra do Sol – 19 recomendações do STF**

2011

- **Portaria Interministerial 419/11 – órgãos envolvidos no processo de licenciamento**

2012

- **IN 01/12 FUNAI = procedimentos para participação da entidade no processo de licenciamento**
- **Decreto nº 7.747 – Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de TIs – PNGATI**

Questões Indígenas

- Neste cenário, o relacionamento com as questões indígenas vem sendo repensado
- 2 pontos fundamentais: oitiva e repartição de benefícios
- Os povos indígenas precisam concordar sobre os mecanismos para recebimento (fonte), utilização (destino) e distribuição (destinatários) dos benefícios.
- Necessária adequação do ordenamento jurídico brasileiro e o consequente arcabouço normativo

Desafio

Regulamentar a Constituição Federal no que tange a exploração dos recursos hídricos em terras indígenas, mediante autorização do Congresso Nacional, repartição dos benefícios, bem como regulamentar a Convenção 169 da OIT referente a oitiva das comunidades impactadas.





3. Patrimônio Arqueológico e Cultural



Questões como:

- A necessidade de compatibilização dos prazos para avaliação de impacto ao patrimônio cultural em processos de licenciamento ambiental serem harmonizados com os cronogramas de implantação dos empreendimentos
- A necessidade de se estabelecer procedimentos claros e objetivos em regulamento específico visando a certificação da viabilidade arqueológica do empreendimento, em harmonia com os entes da federação

Questões como:

- A correta identificação, resgate e destinação dos artefatos arqueológicos descobertos
- O necessário aprimoramento da capacidade operacional (recursos humanos e materiais) do IPHAN

São desafios para a redução da morosidade do processo de licenciamento e insegurança jurídica dos empreendimentos.



4. Avaliações Ambientais



Avaliações Ambientais - AA

Atualmente existe uma confusão entre avaliações ambientais utilizadas como instrumento de planejamento (Avaliação Ambiental Estratégica/AAE, Avaliação Ambiental Integrada/AAI) e avaliações Ambientais utilizadas como instrumento do licenciamento Ambiental (EIA/RIMA, Relatório de Controle ambiental/RCA, Relatório Ambiental simplificado/RAS, e outros).

Avaliações Ambientais - AA

Hidrelétricas do Pantanal são alvo de ação

Globo - Rio de Janeiro/RJ - INFOMIX - 21/08/2012 - 03:17:27

Hidrelétricas do Pantanal são alvo de ação

Procuradoria pede suspensão de 149 projetos até que haja estudo unificado sobre impacto ambiental

*A polêmica entre preservação ambiental e construção de usinas hidrelétricas no Brasil já não se limita à Amazônia. **Os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Mato Grosso do Sul ingressaram com ação civil pública na 1ª Vara Federal de Coxim/MS para suspender a construção de hidrelétricas nos rios do entorno do Pantanal até que seja feito um estudo único sobre o impacto cumulativo das obras.** Segundo a ação, existem 126 empreendimentos instalados ou em curso na região e outros 23 projetos em análise. São 149 empreendimentos no total.*



Avaliações Ambientais - AA

Aspectos para implementação da AAE no Brasil

As iniciativas de AAE no Brasil, **não se revestem de atendimento a uma exigência legal, como é o caso do EIA necessário para o licenciamento** de obras ou atividades potencialmente causadores de significativa degradação ambiental.



Avaliações Ambientais - AA

Aspectos para implementação da AAE no Brasil

- Para a instituição da AAE, é necessário uma base legal mínima que apóie e facilite sua implementação, determinando:
 - *responsabilidades dos órgãos e das instituições encarregadas da formulação de política e do planejamento*
 - *instâncias e fontes de recurso para a realização dos estudos*
 - *instâncias encarregadas da revisão do processo*
 - *o papel dos órgãos e instituições de meio ambiente*
 - *os mecanismos de consulta aos grupos de interesse*



Desafio

Prever no ordenamento jurídico a exigência das avaliações ambientais estratégicas para determinados planos e programas de governo que possam causar efeitos significativos ao meio ambiente, de forma que estas ocorram previamente ao licenciamento de projetos.

